

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UFRO)
CENTRO DE HERMENÊUTICA DO PRESENTE

PRIMEIRA VERSÃO

ANO II, Nº143 - ABRIL - PORTO VELHO, 2004
VOLUME IX

ISSN 1517-5421

EDITOR
NILSON SANTOS

CONSELHO EDITORIAL

ALBERTO LINS CALDAS - História - UFRO
CLODOMIR S. DE MORAIS - Sociologia - IATTERMUND
ARTUR MORETTI - Física - UFRO
CELSO FERRAREZI - Letras - UFRO
HEINZ DIETER HEIDEMANN - Geografia - USP
JOSÉ C. SEBE BOM MEIHY - História - USP
MARIO COZZUOL - Biologia - UFRO
MIGUEL NENEVÉ - Letras - UFRO
ROMUALDO DIAS - Educação - UNICAMP
VALDEMIR MIOTELLO - Filosofia - UFSC

Os textos no mínimo 3 laudas, tamanho de folha A4, fonte Times New Roman 11, espaço 1.5, formatados em "Word for Windows" deverão ser encaminhados para e-mail:

nilson@unir.br

CAIXA POSTAL 775
CEP: 78.900-970
PORTO VELHO-RO

TIRAGEM 200 EXEMPLARES

EDITORA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

PRIMEIRA VERSÃO

ISSN 1517-5421

lathé biosa

143



FLÁVIO DUTKA

ENSAIO DE EGO-HISTÓRIA - 4

Alberto Lins Caldas



Alberto Lins Caldas

Professor de Teoria da História - UFRO
caldas@unir.br

ENSAIO DE EGO-HISTÓRIA - 4

JOSÉ CARLOS SEBE BOM MEIHY

Em 1996, quando fui fazer o doutorado na USP, não conhecia ainda a obra de José Carlos Sebe Bom Meihy. Esse desconhecimento era devido tanto ao meu percurso pessoal (envolvido desde 1993 numa reflexão que vim denominar, em 1996, *Hermenêutica do Presente*), quanto por um caminhar distante da História Oral, algo que jamais havia me atraído.

Essa falta de atração se devia a um olhar exclusivo para os elementos que envolvem e constituem, por um lado, as Ciências Naturais e as Ciências Humanas (com um enfoque em especial para a História) na questão do conhecimento; por outro a necessidade de uma reflexão que desse conta das reais derrotas de um pensamento e de uma ação que parecem, ou pareciam, *verdadeiros e reais* (o marxismo), mas que depois de abrir uma *fenda* (a *Hermenêutica do Presente* faz parte da retomada dessa clivagem) mostrou-se incapaz de ser uma saída, de ser um conjunto de respostas, de ser uma negativa radical. E a História Oral não fora ainda atraída para esse olhar ensimesmado, ainda no centro da questão quando era pela periferia que o eixo poderia ser dissolvido. A questão da periculosidade do marxismo, da naturalização do mundo, da universalização da ocidentalidade, da falta de saída diante do conhecimento vitrificado, constituiu minha reflexão nos primeiros anos da década de noventa.

O encontro com a (verdadeira e submersa) obra de Meihy, uma iluminação num fim de manhã na USP, possibilitou a abertura para um diálogo inesperado, mudando o rumo, reformulando posturas, imagens e conceitos. Ao mesmo tempo, ao redimensionar o fundamento teórico, a reflexão redimensionou não somente o tom mas a razão.

A leitura das obras de Meihy, junto com vários outros textos de oralistas, até quase o fim do segundo semestre de 1996 se mostrou infrutífera, opaca, ou melhor, não era mais do que aquilo que apresentava, não era mais do que constava em textos de orientandos seus, em texto inclusive das décadas passadas. Era uma técnica e uma metodologia em História Oral (na verdade uma grande História Oral, capaz de gerar toda uma nova maneira de trabalhar). Mas, ainda assim, somente mais uma História Oral, uma metodologia dentro da História.

Mas havia algo inquietador em tudo aquilo. Não era o que parecia. Um nódulo incomodava, a obra não era somente o que todos liam, alguns seguiam e que os inimigos apontavam, sem querer, seu segredo e poder. Esse nódulo de inquietação era composto, em primeiro lugar, pelo conceito de *transcrição*, que não possuía no conjunto da sua obra a importância que deveria ter, quebrando, estranhamente, o caminho nessa direção, pois era tratado como "fim de uma técnica": fim da chamada textualização; segundo, e ao redor desse conceito, havia duas noções: o de *colaborador* e o de *texto* (tratado ainda como *documento*, mas um

estranho conceito de documento); terceiro, a questão do documento como uma *criação textual*, resultante de um trajeto; quarto, uma postura de *diálogo generalizado* (não era à toa que Barthes era chamado com o *teatro de linguagem*, apesar do universo barthesiano ainda ser acanhado no conjunto), postura essa que *amolece* tanto as naturalizações da idéia de documento quanto à figura do *depoente*, o "sujeito da história", ou agente, e ainda "ator e autor", segundo outra.

Não foi o cunho politizante do pensamento de Meihy (mesmo não sendo suficiente a "visão armada", a "devolução social" ou a "dimensão social" da sua metodologia) o que me atraiu, mas sua possibilidade de refundar uma outra politicidade, outra maneira para solucionar provisoriamente os impasses de uma reflexão derrotada por universalizações e naturalizações: ali estava a semente para uma *desnaturalização em cadeia* (esse é seu verdadeiro espírito, sua face perigosa ao estabelecido, não uma técnica a mais na História ou na História Oral). Tudo se envolvia, se mesclava, se revolia. A voz, o documento, o texto, o sujeito, os fatos, o passado, o presente, o narrador, os objetos, o conhecimento, a realidade, a natureza, a memória, as classes, os discursos, as Ciências, as interpretações, o significado e os sentidos, a linguagem, o corpo, os sonhos, o desejo: um nódulo em franco processo de desnaturalização. Outra História ou outra reflexão? Uma História Oral ou uma teoria mais vasta? Uma cunha na unha do problema ou um conhecimento acadêmico?

Os textos de Meihy me levaram por um caminho de volta. Não era um caminho para frente, mas um caminho em busca do não entendido, em busca de autores que passaram por mim e que, em mim, mesmo os devorando com paixão, não haviam deixado marcas profundas: velho vício positivista (marxista?) em não entender completamente nada daquilo que acontece ao lado, ao redor, contra o sabido, o querido e o aprovado. Vestígios de natureza!

Voltei a Barthes, a Foucault, a Bachelard; abri-me para os inesperados Haveloch, Olson, Ong, para outras vertentes da lingüística e da ficção; retomei as dimensões tanto de imagens quanto de interpretação de imagem e mitologia de Eliade, Campbell e Jung. A História Oral de Meihy se abria, na verdade, para uma outra direção: aponta para um lugar mas está sussurrando outro: sua função é não aceitar a própria direção, a dicção apontada, os encantos da Ciência, da realidade, do documento, do fato; mas quem a lê com ingenuidade pensa exatamente o contrário. O canto da sereia da Escola de Frankfurt ali é burlado ao se tomar como significante uma cera imperceptível, mas profundamente eficaz. É uma obra que "funciona" perfeitamente bem "por baixo", sob a superfície do dito, do escrito, do proposto.

Ao dizer *documento* aponta *texto*, apresenta-se como *texto*, exige o *texto*, interpreta um *texto* não um *documento*; ao dizer *colaborador* vemos o *narrador*, o criador de um *momento narrativo*, não um dizer cartorial, uma voz final; ao dizer *História Oral* está lá uma revolta contra os limites do conhecimento, a resistência surda a todo regime, a todo muro, a toda ordem: mas é um pensamento que acontece no mundo acadêmico, em torno dele e para ele, buscando nele legitimidade: ele dissolve, contradiz, desdiz somente por *dentro* e nas *beiradas*: é um pensamento falso: um pensamento que é, na verdade, um alçapão, uma máscara, uma resistência surda dentro da ordem. Quando parece não dizer, é exatamente aí onde diz, onde constrói, onde elabora. Meihy, em "Canto de Morte Kaiowá" (Loyola, São Paulo, 1991), parece não concluir, parece não interpretar, parece! somente parece! Ali se constitui um dos nossos primeiros exemplos de interpretação

diferenciada, uma interpretação que não fica nada devendo à falsa interpretação da História. Faz deslizar imagens, e dela parte para uma "explicação mítica", uma escolha de interpretação, barthesianamente tornando Bachelard um momento da interpretação em História Oral.

Mas é obra acadêmica, feita para e com acadêmicos. Mas a negação radical está ali. Como um felino escondido entre as folhagens: e o horror e o horror dessa reflexão me apaixonou: dizia tudo dizendo e desdizendo sem dizer. E um pensamento desses é um perigo para qualquer estabilidade.

Era por esse caminho que minha reflexão seguiria, constituindo um diálogo não com seu pensamento explícito (pois sou fiel a sua essência!), com suas idéias visíveis (pois não quero fazer uma História Oral, apesar de ser ainda um momento a ser desenvolvido para ver até onde podemos ir), mas com aquilo que me levava para uma reflexão radical, um pensamento que redimensiona a *dialética* para torná-la realmente uma ação negativa, diluidora e não equacionadora e criadora de pontes, mediações e mais naturalizações sobre universalizações.

O meu diálogo com a "História Oral" de Meihy tentou des-velar o que ela tem de mais revolucionário na sua *conquista do presente*, na sua percepção das clivagens entre *ficção* e *realidade*; entre o *depoimento* e a *experiência*; entre *documento* e *texto*; entre *personagem* e *colaborador*; entre o *historiador* e o *oralista*; entre a *interferência* (condição fundamental do oralista) e a *colagem inconsciente* (do historiador); entre a *reprodução* e a *transcrição*.

As possibilidades do atual direcionamento reflexivo de Meihy, apontam para caminhos insuspeitos, principalmente na direção do invisível da singularidade, onde ela ainda não foi completamente naturalizada. Sua inclusão numa "História Imediata", "História Oral Metalingüística", "História dos Vencidos", ou numa simples História Oral é, além de não tê-lo compreendido, perder e prender uma das nossas principais contribuições para um pensamento que aponta para fora das tradicionais prisões da reflexão. É trazê-lo novamente para um pensar e um fazer acadêmico.

As conquistas do diálogo com Meihy fazem parte hoje da minha perspectiva que se funda, antes de tudo, como queria Lukács (História e Consciência de Classe, Escorpião, Porto, 1974), numa questão de método (História e Método, Caderno de Criação-UFRO, Porto Velho, 1995; Dialética e Hermenêutica: Uma Questão de Método, GEOUSP-USP, São Paulo, 1997; Oralidade, Texto e História, Loyola, São Paulo, 1999; Metodologia da História, Primeira Versão-UFRO, Porto Velho, 2002.), o que significa uma retomada, em outro flanco, de uma guerra já bem mais velha mas sempre viva, onde nossa *guerrilha* é somente um capítulo, que esperamos renovador. Por isso não sou barthesiano, foucaultiano, onguiano ou oralista, pois faço com esses pensamentos tão somente um ajuste dos elementos que me importam, dos elementos que posso utilizar para destravar a reflexão, desnaturalizar e desuniversalizar o mundo e os discursos; da mesma maneira que o momento com a História Oral é momento na instância do indivíduo, da singularidade, da experiência e não a constituição de uma nova ou outra Ciência.

A História tornando-se uma dimensão textual; o documento perdendo seu estatuto de referência para tornar-se referente; a realidade como virtualidade; as múltiplas possibilidades da interpretação; essas foram, para mim, as conseqüências mais visíveis do encontro com Meihy. Não uma História Oral, mas uma História renovada e possível além dos estreitos limites que todos os poderes, vergonhas e subserviências a conformaram. A reconquista da "Dignidade da História".

HISTÓRIA ORAL

Em 1998 escrevi um conjunto de ensaios (Seis Ensaios de História Oral, Caderno de Criação/15-UFRO, Porto Velho) onde sintetizava minha experiência com entrevistas, com a questão do outro, com o documento e suas várias perspectivas. Aí um conceito se destacava, o de "Cápsula Narrativa", nascido a partir da minha vivência de campo durante a escrita da tese de doutorado, pretendia organizar o processo inicial da entrevista, não direcionando o discurso (o que ainda é comum), incentivando uma "origem voluntária", o que leva a uma construção narrativa sem a interferência direta dos nossos temas e temporalidades próprias (as questões e a temporalidade do historiador ou do oralista formatam extremamente a estrutura e significância discursiva do outro). Essa experiência foi transformada numa conduta, num procedimento durante a etapa da entrevista, seguida pelos alunos e professores ligados ao Grupo de Pesquisa do Centro de Hermenêutica do Presente. Sua idéia básica é a seguinte:

... Inicialmente, para tanto, temos, depois de explicado o projeto, as questões da entrevista, etc., dito ao entrevistado como primeira "pergunta": **Agora que sabe o que queremos, por onde quer começar?** O resultado tem sido de aparecer o eixo narrativo do próprio entrevistado; a sua temporalidade pessoal; princípio, meio e fim que dirigirá nosso trabalho de transcrição, sem precisarmos mais refazer os eixos à nossa revelia. Temos, então, uma **origem voluntária** para o início de uma fala, sem a interferência do oralista, sem a condicionante de um nome, data de nascimento, uma filiação: tudo isso virá como decorrência: teremos uma **cápsula narrativa** onde poderemos, depois, inserir o restante da fala, escapando ao início de todo interrogatório, tradicionalmente de toda instrução policial ou jurídica: Onde nasceu? Qual o seu nome? Qual a sua idade? O ano do seu nascimento? Qual o nome dos seus pais?. Uma **cápsula narrativa** tem uma estrutura única, uma temporalidade específica; o depois da **cápsula**, onde, em sentido estrito, começa a entrevista será, no processo posterior de textualização, incluído na **cápsula narrativa**, devendo fazer parte da sua temporalidade, estrutura e narratividade. O "antes" e o "depois", aquilo que "aconteceu" antes ou depois do **nascimento voluntário** e do **esgotamento da cápsula** pela proximidade ao imediato do presente, deverão ganhar sentido somente dentro da **cápsula**, somente quando refizer as ligações simbólicas internas, onde não há estrutura, sistema ou ordem preestabelecida, mas uma organização narrativa onde tempos aparentemente díspares, coisas, homens e fatos, se organizam segundo o sentido e o significado singular pretendido. É o **nascimento voluntário** que dará sentido ao antes e não o contrário ... (1998: 39/40)

A primeira vez que o Conceito de Cápsula Narrativa foi usado em sua plenitude, foi durante a realização de uma entrevista com um ex-soldado da borracha e morador da Comunidade Santa Marcelina em Porto Velho-RO, dentro do Projeto "A Jornada do Herói: História Oral de um Nordeste na Amazônia", da Prof. Fabíola Lins Caldas. O procedimento revelou um narrador benjaminiano e estimulou a proposição de um projeto envolvendo toda a "Comunidade". Esta entrevista inicial se transformou num projeto de doutorado em História Social na USP.

Em seguida o conceito/procedimento fundamentou a pesquisa e foi usado na elaboração dos trabalhos monográficos dos alunos do Curso de História da Universidade Federal de Rondônia. A primeira Monografia "Espíritos Acuados: História Oral de Vida com Apenados do Complexo Penitenciário Ênio Pinheiro em Porto Velho-RO", 1999, de Emmanuel Gomes da Silva; depois, "A Inovação do PT: História Oral de Vida Militante", 2000, de Joaci Barboza; "Vozes que Curam: História

Oral de Vida”, 2001, de Maria Cristiane de Souza; “História Oral com os Cassupá”, 2002, de Márcia Nunes Maciel e, por último, “O mito do Herói: História Oral com Homens Moradores da Comunidade Santa Marcelina”, 2002, de Ednéia Bento de Souza. Além das monografias e das pesquisas, temos ainda a utilização do conceito na Tese de Doutorado na USP, “Seringueiros da Amazônia: Sobreviventes da Fartura” do Prof. Nilson Santos (2002), que articulou seu corpus metodológico, utilizando-se fundamentalmente da idéia de Cápsula Narrativa.

A utilização do Conceito de Cápsula Narrativa nos projetos de pesquisa desenvolvidos pelos pesquisadores do CENHPRE levou-me a aprofundar a noção no livro “Oralidade, Texto e História” (1999), mas foi a publicação do texto “A Noção de Cápsula Narrativa: A Entrevista, o Texto e o Outro na Hermenêutica do Presente” (Caderno de Criação/20-UFRO, Porto Velho, 1999) que me motivou a desenvolver, como um dos objetivos específicos, a utilização desse procedimento, ou melhor, “dessa atitude diante do outro”, durante a fase das entrevistas no projeto “A Cidade dos Excluídos: História Oral com Moradores da Comunidade Santa Marcelina em Porto Velho-RO”.

Os resultados foram entrevistas abertas, livres, às vezes profundas, às vezes superficiais, mas apresentadas de maneiras diversas, cada entrevista seguindo a linha temporal colocada pelo entrevistado, sendo, as histórias contadas, aquelas escolhidas por eles. A utilização da Noção de Cápsula Narrativa nos deu textos complexos capazes de inúmeros recortes temáticos e de leituras abertas, redefinindo para mim, e para praticamente todos os envolvidos, o estatuto de “documento histórico”, principalmente com seu alargamento com a noção de “cápsulas temáticas” da prof. Fabíola Lins Caldas (a quem devo a organização deste capítulo sobre “Cápsula Narrativa”).

A abrangência dos temas e das histórias contadas contidas nas narrativas a partir do uso da Cápsula nos levou a querer aprofundar questões que foram colocadas e que certamente teriam se perdido, caso tivéssemos direcionado as falas com perguntas referentes a um determinado e único tema. Isto gerou novos planos de trabalho e outras questões específicas: sonhos, sexualidade, educação, violência, morte, expropriação, vivências entre “mundos” diversos (norte/nordeste), espaço, política estatal, discurso. No caso do projeto na “Comunidade Santa Marcelina” foi gerado um sub-projeto “Sonhos com as Mulheres da Comunidade”, que nos levou a uma ampliação do conceito, na medida em que aprofundamos os temas com novas entrevistas, criando assim “Cápsulas Temáticas”. “Nordestinos na Amazônia: Experiência de Dois Mundos” é um projeto que está sendo, atualmente, desenvolvido pelos pesquisadores do CENHPRE e que também é decorrência desse aprofundamento temático.

A idéia de Cápsula Narrativa nos possibilitou perceber que por mais liberdade que déssemos para que falassem sobre suas vidas, o simples fato de estarem juntos cotidianamente e de vivenciarem experiência semelhantes, essa trajetória comum aparece nas narrativas, nos mostrando que a “não interferência” não existe e que, definitivamente, não é esse o objetivo da utilização do conceito/procedimento/atitude da Cápsula Narrativa. A Cápsula Narrativa não só facilita como redimensiona o processo da textualização, propondo outra temporalidade, outra relação oralista-colaborador. Nos impõe uma nova postura durante a leitura e interpretação dos textos, alargando aquilo que seria uma História Oral, extrapolando as estruturas existentes numa técnica, numa metodologia e até mesmo numa

disciplina. O que me levou a "leitura de um documento" no livro "Nas Águas do Texto: Palavra, Experiência e Leitura em História Oral" (EDUFRO, Porto Velho, 2001), onde exercitei com múltipla liberdade a interpretação na dimensão própria de um "texto histórico".

A HERMENÊUTICA DO PRESENTE NA SALA DE AULA

A Hermenêutica do Presente (1996) foi a conseqüência de uma atividade intelectual, de vários artigos, debates acadêmicos, leituras e, principalmente, a necessidade de reunir meu percurso teórico numa espécie de visão de mundo ou, operacionalizando, nos conceitos, procedimentos e métodos que considerava fundamentais para uma tentativa de compreensão do existente. Sua função tem sido, antes de tudo, a de uma *leitura radical*, não somente a contrapelo como queria Benjamin, mas tosa, corte, dissecação, calcinação, dissolução, propondo a ação de um tipo de consciência crítica e de uma concepção de *presente* que diferem, e buscam diferir, da racionalidade tradicional e das temporalidades que são ainda basicamente "coloniais", voltando-se contra si mesmo, num processo de autodissolução constante e absolutamente necessário para não se tornar "disciplina", "saber", "técnica", "conhecimento", "método"; como uma tentativa de compreensão da virtualidade que caracteriza a ocidentalidade; como uma forma de entender as naturalizações e universalizações que moldam nossa maneira de pensar e ser, sem cair imediatamente nas suas ilusões de perspectiva; numa postura epistemológica que entende o conhecimento e o real numa perspectiva histórica radical, o que põe um limite tanto ao real quanto ao verdadeiro.

Ela representou para mim uma clivagem entre universos teóricos opostos. O primeiro praticamente desapareceu durante o ano de 1993, quando escrevi o artigo "História e Ciência" no Boletim do Laboratório de Geografia Humana/1, sendo republicado no Jornal "O Estadão" em 26 de julho de 1993 e no Caderno de Criação/1 no seu primeiro ano, e terminando seu percurso na palestra/debate promovido pela coordenação de História no dia 19 de julho de 1995, com uma sobrevida no livro "Oralidade, Texto e História" (Loyola, São Paulo, 1999). Este texto representou, mesmo sendo pequeno e sem muito rigor, um momento de virada, um deixar de aceitar o universo científico como visão privilegiada, mas como uma ideologia, como uma visão de mundo, como um momento imaginário exigindo historicização. Ao mesmo tempo foi o texto inicial de uma longa polêmica universitária, onde, normalmente caminho sozinho e com uma multidão de pedras sobre minha cabeça. Depois há um arrefecimento e alguns notam que o que venho dizendo já é mais velho que o mundo e, envergonhados, se tornam e se tornaram mais maleáveis com uma visão que radicalmente historiciza e relativiza crenças, conceitos e realidades. Uma das principais virtudes da Hermenêutica do Presente é precisamente não buscar nem coerência nem não-contradição: é uma síntese em movimento, em luta: sua lógica é contraditória e com específicos limites epistemológicos.

Partindo da idéia de "leitura negativa" a Hermenêutica do Presente na sala de aula não poderia ser uma "construção de positivities", uma "relação de aprendizagem", uma "transmissão de conhecimento", um momento de "formação de mão de obra" nem mesmo manter intacta a "relação pedagógica", o respeito ao "mundo do aluno" ou ao "programa". Principalmente porque essa Hermenêutica nasceu na sala de aula, no debate, na discordância sem mediação, no choque entre concepções de mundo, de imagens, de crenças, de conceitos, de leitura, de vida. Ela tem se apresentado como uma mistura entre dialéticas, uma maiêutica enraivecida, uma militância intelectual e uma concepção radical de historicidade: um marxismo enfrentando sua pós-modernidade.

Dessa maneira, a Hermenêutica do Presente tornou-se um “instrumento pedagógico” fundamental no ensino da “minha História”, aquela que nasce da leitura daquilo que se construiu como História (disciplina) e como história (sociedades no tempo). Como um *constructo* a história nasce principalmente da História, dos processos prático-teóricos da ocidentalidade e deve ser enfrentada em sua dimensão de existência, na sua forma de existência, ou ficaremos imobilizados diante da sua realidade: a história tornou-se nossa alienação fundamental, nosso esquecimento: nós a criamos, teórica e praticamente, mas a fetichizamos como algo natural, algo além, algo com existência independente.

A Hermenêutica do Presente mobiliza completamente os alunos não somente na defesa das suas opiniões, pré-conceitos, visões de mundo, pondo em choque crenças de todos os tipos que impedem, normalmente, o historiador de compreender mais profundamente não somente a diversidade de culturas em sua própria dimensão, mas a constituição de um saber historiográfico, enfrentando a “natureza” e a “dignidade” da História com muito mais entusiasmo, o que não é pouco num tempo desapaixonado.

A Hermenêutica assim entendida torna-se, para cada aluno, uma possibilidade de “parto de si mesmo”, uma busca de si que não se encontra no antes, mas na busca, no processo de enfrentamento dos “programas fundamentais da virtualidade” e dos “programas singulares”.

Pessoalmente jamais pretendi mais que a sala de aula. Escrevo artigos, ensaios, livros; combato, grito, discuto, discordo; organizo, dissolvo, oriento: somente para meus alunos, para torna-los senhores de si. Não ambiciono, na Universidade e no conhecimento, mais que o contato pedagógico: diálogo e atuação que faz nascer, que permitirá um muito além, um melhor, um mais, um bem além de mim. Reservo minhas ambições à literatura, mas essa não é para os outros, essa se faz comigo, entre mim e meus fantasmas, entre mim e minhas sombras, entre mim e os fluxos vivos de linguagem, entre mim e o horror, entre mim e as ruínas: os outros são somente um complemento externo: não são necessários. Muito diferente dos meus alunos, do “conhecimento negativo” produzido para estimular, para provocar, para fazer um se mover, um acordar, um se resolver, um enfrentar.

Sem essa posição perderia o contato com a realidade. Minha Hermenêutica do Presente como recurso pedagógico tem sido um instrumento de grande valia e prazer. Ela não pretende ser mais que isso.

VITRINE

DIVULGUE:

PRIMEIRA VERSÃO
NA INTERNET

<http://www.unir.br/~primeira/index.html>

Consulte o site e leia os artigos publicados

*Não,
nunca,
jamaís,
de forma alguma,
nem pensar,
infelizmente,
sinto muito,
de jeito algum,
de forma alguma,
me perdoe,
me desculpe,
quem sabe depois,
vamos deixar para mais tarde,
outra hora,
não estou, etc.
É sempre bom
deixar as negativas afiadas
e as portas abertas.*

CARLOS MOREIRA